



TCU: governo executa apenas 20% dos projetos

Tribunal entregou ontem ao Congresso documento com análise sobre economia e ações do governo Dilma em 2011. Entre os problemas apontados está ainda a execução de despesa sem suficiente dotação orçamentária em diversas estatais

O relatório sobre as contas do primeiro ano do governo Dilma Rousseff, entregue pelo presidente do TCU, Benjamin Zymler, junta-se a documentos sobre os governos Fernando Henrique e Lula ainda não julgados pela Comissão Mista de Orçamento. Sarney prometeu empenho para agilizar a análise. No caso do relatório sobre 2011, o TCU apontou deficiências nos sistemas de planejamento e monitoramento das ações governamentais,

altos valores inscritos em restos a pagar e crescente passivo de prestações de contas de convênios não avaliadas pelos órgãos repassadores. Também ontem, Zymler entregou à presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, a relação de mais de 6 mil gestores públicos que tiveram as contas julgadas irregulares, em caráter definitivo, pelo TCU. Todos serão enquadrados na Lei da Ficha Limpa e ficarão inelegíveis pelos próximos oito anos. **4 e 5**



José Múcio e Benjamin Zymler (TCU) entregam relatório a Sarney e Ana Amélia

CPI pode ouvir juiz que recebeu ameaça **6**

Senadores de Rondônia pedem mais incentivos **2**

Encarte relembra os 15 anos do Interlegis



Aprovado relatório preliminar da LDO

O relatório preliminar do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 foi aprovado ontem na Comissão Mista de Orçamento. A meta de inflação para o ano que vem é de 4,5%, a mesma desde 2005. **4**



Relator e presidente da CMO, senador Valadares, e deputado Paulo Pimenta (D)

O desafio de evitar a privatização da água **3**



Entre deputadas, Vanessa Grazziotin (3ª à dir.) diz que não se pode falar em inclusão social sem falar de mulher

Fórum na Rio+20 faz debate sobre mulheres e economia verde

Coordenado por Michelle Bachelet, ex-presidente do Chile, o encontro ONU Mulheres também discutiu a participação feminina no poder. Ana Rita, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin estiveram presentes. **3**

Para filósofo, desinteresse por política ameaça democracia

Francis Wolff defende medidas que aproximem cidadãos da política. Ele abrirá hoje o Fórum Senado Brasil 2012. **8**



Carmona, Requião, Laura Montero, Ruy Pereira e Samuel Guimarães no debate

Integrar empresas resolveria conflito com a Argentina, dizem debatedores

Em debate no Senado, deputados argentinos e governo brasileiro mostram otimismo sobre relação entre os países, mas parlamentares brasileiros contestam. **7**

Gurgacz, Cassol e Raupp destacaram a importância de obras de infraestrutura para o desenvolvimento do estado no debate “Caminhos para Rondônia: transporte, energia e comunicação”, na TV Senado

“Parceria com a União é essencial para Rondônia”

OBRAS DE INFRAESTRUTURA devem acelerar a trajetória de desenvolvimento de Rondônia nos próximos anos, na avaliação de Acir Gurgacz (PDT), Valdir Raupp (PMDB) e Ivo Cassol (PP). Os três senadores, no entanto, salientaram a importância de uma parceria com o governo federal para que o estado continue recebendo investimentos públicos. Eles fizeram a avaliação no programa *Assunto de Estado*, da TV Senado, gravado na segunda-feira.

Os senadores também cobraram incentivos para aumentar a competitividade da indústria rondoniense e reduzir a pressão pelo desmatamento. Eles disseram ver a conclusão das obras das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau como oportunidade para estimular a indústria, hoje prejudicada pelo custo da energia e pela irregularidade do serviço de distribuição. São constates os apagões na região, disseram. Gurgacz, que espera que a produção agropecuária de Rondônia possa ser modernizada e industrializada localmente, salientou a importância da energia barata para o aumento dos investimentos no estado:

— Não podemos imaginar que teremos uma herança

maldita com relação às usinas. Pelo contrário, as usinas vieram para trazer desenvolvimento — afirmou o parlamentar.

Cassol, porém, manifestou temor de que a produção das novas hidrelétricas seja enviada para fora do estado e o fim das obras traga uma “ressaca” à indústria de Rondônia. Para ele, os *royalties* das usinas deveriam ser aplicados no estímulo ao Polo Industrial de Porto Velho. Raupp destacou a posição estratégica de Rondônia, no centro do continente sul-americano, fazendo fronteira com a Bolívia e com Mato Grosso, Amazonas e Acre.

Transporte

A infraestrutura de transporte de Rondônia foi alvo de duras críticas dos três senadores. Ivo Cassol afirmou que as estradas de Rondônia “desmancham como sorvete”. Para ele, as obras rodoviárias são fundamentais para o estado e a investigação de irregularidades não pode provocar a interrupção dos trabalhos.

Para Raupp, que defendeu a restauração da BR-364 e sua duplicação, a infraestrutura está “travada” e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) está “patinando”,

causando problemas generalizados nas rodovias brasileiras. Ele afirmou, no entanto, que o potencial do estado é grande:

— Rondônia pode ter um dos sistemas intermodais mais importantes do mundo.

Os senadores também contaram com uma ligação ferroviária entre Mato Grosso e o Oceano Pacífico, passando por Rondônia. Gurgacz defendeu a redução do “custo Brasil” do transporte e argumentou que o que se gastará com o trem-bala Rio-São Paulo seria mais bem aplicado em projetos ferroviários de maior importância.

Cassol disse que, para evitar que Rondônia se torne apenas um distribuidor de *commodities*, o estado deve se tornar capaz de agregar valor à sua produção e receber incentivos para industrializar seu produto interno. Raupp acrescentou que Rondônia preserva 70% de suas florestas e que a Zona Franca de Manaus tirou a pressão sobre as derrubadas no Amazonas. De forma semelhante, segundo ele, o governo deveria autorizar uma zona de processamento de exportações em Porto Velho.

Esse e outros debates do programa *Assunto de Estado* podem ser assistidos em: <http://bit.ly/assuntodeestado>.



Ivo Cassol (E), Valdir Raupp e Acir Gurgacz com os apresentadores da TV Senado Antônia Marcia e Armando Rollemberg

Simpósio sobre Jorge Amado em Salamanca

O professor Daniel Hernández Ruipérez, reitor da Universidade de Salamanca, na Espanha, convidou o presidente do Senado, José Sarney, para abrir simpósio sobre a obra do escritor Jorge Amado que será realizado em outubro, naquela universidade.

Ruipérez visitou ontem o Senado e discutiu acordos de cooperação mantidos pelo Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca e a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), que tem

o presidente do Senado como reitor. Presente ao encontro, o vice-reitor acadêmico da Unilegis, ministro Carlos Fernando Mathias de Souza, explicou que o simpósio integra programa de atividades do Centro de Estudos Brasileiros de Salamanca.

— Nos últimos três anos, Salamanca tem nos enviado acadêmicos da melhor qualidade intelectual, catedráticos em especialidades distintas. É uma das primeiras universidades do mundo, um presente

que a Espanha oferece ao mundo — disse.

O Centro de Estudos Brasileiros tem como objetivo promover a difusão, na Europa, de informações sobre o Brasil, colaborando ainda para a difusão da cultura e língua espanholas no Brasil.

A vice-reitora de Relações Institucionais da universidade, Noemí Domínguez García, e o diretor do Centro de Estudos Brasileiros, Gonzalo Gómez Dacal, acompanharam Ruipérez na visita ao Senado.

Rio+20: Cícero destaca protocolo da Cúpula Mundial de Legisladores

Os principais compromissos firmados no documento final produzido na Cúpula Mundial de Legisladores, denominado de Protocolo Rio+20 de Legisladores, foi apresentado por Cícero Lucena (PSDB-PB) em Plenário. Realizada no último final de semana no Rio de Janeiro, a cúpula reuniu representantes de parlamentos de mais de 80 países.

O senador destacou, entre os itens do acordo, o princípio



Waldemir Barreto/Agência Senado

do não retrocesso em matéria de direito ambiental; a renovação do compromisso político dos países com o desenvolvimento sustentável, considerando-se as dimensões

do crescimento econômico, da proteção ambiental e da justiça social; o fortalecimento da governança para o desenvolvimento sustentável nos níveis internacional, regional e local; e a priorização da ação legislativa para atingir os objetivos da Rio+20.

Para Mozarildo, falta o combate à pobreza

“Discussões e protocolos de intenções no âmbito das Nações Unidas não apresentam resultados satisfatórios”, disse Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), criticando a Rio+20. O senador lembrou a Rio-92, também no Rio de Janeiro; o Protocolo de Kyoto, assinado no Japão em 1997; e as oito metas do milênio, “ainda longe de serem alcançadas”. Para ele, antes de se debater o meio ambiente, é preciso combater a pobreza.

— Como é que você vai pedir ao homem do interior da Amazônia, sem dinheiro, com fome, que não se submeta a derrubar uma árvore para vender ou até para construir a casa dele? — indagou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Jucá: Brasil vai contribuir mais com o FMI

O posicionamento do governo brasileiro durante a 7ª Cúpula do G20, concluída ontem, foi elogiado por Romero Jucá (PMDB-RR). Ao lado de Rússia, Índia, China e África do Sul (os outros países do Brics), o Brasil anunciou uma contribuição para aumentar os recursos do Fundo Monetário Internacional (FMI). As contribuições dos cinco países, somadas, deverão superar os US\$ 70 milhões.

Os recursos ajudariam a reforçar a capacidade do fundo de socorrer os países atingidos pela crise econômica global. O Brics também concordou em iniciar a criação de um fundo comum de reservas internacionais.



Waldemir Barreto/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Sessão destinada a discursos

14h Sem votação de matérias, a sessão é não deliberativa.

CRA/CMA: Compromissos da Rio+20

11h Reunião, no Rio de Janeiro, das comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para tratar das áreas de proteção permanente mundial e dos compromissos da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). A reunião contará com a presença dos presidentes da Agência Nacional de Águas, Vicente Guillo, e da Embrapa, Pedro Arraes.

FÓRUM: Palestra de Francis Wolff

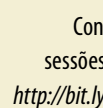
18h30 Tem início o Fórum Senado Brasil 2012 — ciclo de palestras sobre grandes temas da atualidade. Na abertura, “O apolitismo, a maior ameaça à democracia” será o tema da palestra de Francis Wolff. O fórum contará com pensadores brasileiros e estrangeiros. O evento ocorre no Interlegis e vai até 7 de agosto.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Gestão dos recursos hídricos foi debatida em evento da Rio+20 que contou com a participação de senadores e pode ter suas sugestões incluídas no documento final da conferência

Senadores mostram preocupação com a água



AO PARTICIPAR DE debate sobre a água, na Conferência das Nações

Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que uma das principais conclusões da discussão é “não permitir que a água seja um bem privatizado, que sirva como commodity para o mercado internacional”.

Vanessa enfatizou a importância de se ter uma governança internacional sobre o assunto, com o estabelecimento de orientações e critérios acerca do uso da água, para evitar seu desperdício, uso indevido ou contaminação.

A senadora afirmou ser necessário “encarar os recursos hídricos como um bem comum à Humanidade e à população, respeitando a autonomia das nações”. Ela lembrou que a água é um bem finito e que sua escassez “afeta os países de forma muito significativa”, entre eles o Brasil.

O senador Fernando Collor (PTB-AL), que participou do



Vanessa diz que não se deve permitir privatização da água, Inácio lembra ameaças aos mananciais nas cidades e Collor destaca necessidade de melhorar saneamento

encontro, destacou a necessidade de se construir um sistema de saneamento básico que funcione, de modo que o país possa fazer valer, no caso da água, a política dos três erres: reduzir, reutilizar e reciclar.

Collor disse que o Brasil chega um pouco atrasado ao tema. Ele lembrou que, em 1996, ao fazer uma palestra na Suécia, ficou impressionado com o número de seminários e discussões sobre o tema em um único mês.

O debate sobre água fez parte dos Diálogos sobre o Desenvolvimento Sustentável, encerrados ontem. O evento foi uma iniciativa do governo brasileiro e suas sugestões poderão ser aproveitadas no documento final da Rio+20.

Cidade sustentável

Em outro debate dos Diálogos, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou que, para uma cidade ser sustentável, é preciso que cuide dos recursos hídricos e mananciais.

— Isto significa ter 100% de rede de esgoto, 100% de abastecimento de água e tirar as moradias das áreas de risco, muito comuns nas grandes cidades — afirmou.

Inácio disse que grande parte da população nas grandes cidades mora muito próximo de mananciais, principalmente nas faixas que deveriam ter 100% de preservação. Para ele, preservar essas áreas, além de aumentar a qualidade de vida, traz mais renda para a população, na medida em

que melhora a qualidade dos empregos e das moradias.

O senador defendeu um planejamento de longo prazo para as cidades, que envolvam os três níveis de governo: municipal, estadual e federal.

Ele sugeriu o uso maciço de metrô, que transportam rapidamente uma grande quantidade de pessoas, além de diminuir o trânsito de automóveis e ônibus e, com isso, reduzir também a poluição do ar e a sonora.

Maioria acredita que Rio+20 não fracassou

A ausência de uma postura ambientalmente mais avançada no documento que será discutido pelos chefes de Estado e de governo não é vista pela maioria dos senadores como sinal de que a Rio+20 seja um fracasso.

— Não sairemos daqui com soluções mágicas — afirmou Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), para quem não haverá derrota nem vitória na conferência.

O senador reconhece que o evento não está alcançando grande repercussão internacional, mas acredita no processo de transformação, que começa com a divulgação de informações sobre o desenvolvimento sustentável e segue com os países procurando soluções conjuntas.

Presidente da República durante a Eco-92, realizada pela ONU, também no Rio, Fernando Collor (PTB-AL) afirmou que, na sua experiência, documentos finais deste tipo de conferência “ficam sempre para a undécima hora”.

— No finalzinho do finalzinho do finalzinho é que as coisas são decididas.

Jorge Viana (PT-AC) disse que prefere “apostar na ousadia”. Segundo ele, sem uma

mudança no padrão de produção e consumo, o mundo terá “seriíssimos problemas” em poucos anos.

Viana defendeu o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e uma alternativa para o produto interno bruto (PIB) como medida de riqueza das nações. Para ele, é preciso um sucessor do PIB, para que o mundo se

torne sustentável e “tenha agenda socioambiental bem posicionada”. Lídice da Mata (PSB-BA) assinou a necessidade de a Rio+20 ter um consenso nas questões centrais

e elogiou a posição brasileira de pressionar os países mais desenvolvidos para adotarem uma política de investimento visando à proteção ambiental.

A senadora disse que o Brasil deve reduzir o consumo de energia e aumentar a utilização de produtos reciclados, para mostrar às outras nações que é possível ter uma economia ainda mais sustentável.

O relator da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC), Sérgio Souza (PMDB-PR), disse que a própria realização da conferência, com o comparecimento de mais de 120 chefes de Estado

e de governo, já significa um sucesso.

Segundo ele, nas convenções sobre o clima, nem sempre há consenso, mas os países participantes, independentemente do número de signatários do documento final, começam a aplicar as sugestões.

Para Inácio Arruda (PCdoB-CE), haverá um avanço, seja qual for o resultado da conferência. O senador disse que o desenvolvimento sustentável passa pela melhoria da renda das pessoas e do ambiente de trabalho, o que irá diminuir a degradação social e ambiental produzida pelo capitalismo. Inácio afirmou ainda que o debate sobre meio ambiente não pode ser posto como impedimento ao desenvolvimento dos países.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) avaliou que as decisões importantes ficarão para depois. Mas destacou avanços obtidos em eventos paralelos à Rio+20, como o documento final da Cúpula Mundial dos Legisladores, para ela, “extremamente correto, justo e progressista”.

Entre os caminhos apontados pelo texto, ela mencionou o pedido de reconhecimento da ONU sobre a importância do legislativo para o desenvolvimento sustentável e a realização da cúpula a cada dois anos.

Sustentabilidade na visão das mulheres tem evento paralelo

As senadoras Ana Rita (PT-ES), Lídice da Mata (PSB-BA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) participaram ontem do evento ONU Mulheres. O fórum, presidido pela ex-presidente do Chile, Michelle Bachelet, reuniu mulheres notáveis de todo o mundo, em evento paralelo à Rio+20. Elas discutiram as relações das mulheres com o Poder, os movimentos sociais, a inovação e a economia verde, entre outros temas.

Para Vanessa, o evento ganhou ainda maior relevância por estar inserido no viés que a sociedade e o governo brasileiro imprimiram à Rio+20: tratar do meio ambiente sob a óptica da sustentabilidade e da inclusão social.

— Não podemos imaginar um modelo de desenvolvimento sustentável para o mundo, que se preocupe com a inclusão e com a diminuição da miséria, sem nos preocuparmos com as mulheres. Elas são as maiores vítimas da pobreza, da sanha do capitalismo — afirmou a parlamentar, acrescentando que as mulheres pobres, negras e de famílias grandes são ainda mais excluídas.

A senadora disse que, apesar de ser um exemplo para



Jane de Araújo/Agência Senado

Questões ambientais são valorizadas pelas mulheres, diz Lídice da Mata

muitos países, a democracia brasileira ainda está em “franco processo de construção” — o que pode ser observado, segundo ela, pela condição das mulheres.

— Nesta democracia em que a gente vive, nós, mulheres, ocupamos menos de 10% das cadeiras do Parlamento. — disse.

Lídice da Mata ressaltou a importância de a reunião mostrar que as questões ambientais são valorizadas pelas mulheres de todas as nações. De acordo com ela, o desenvolvimento e a sustentabilidade fazem parte da óptica feminina.

Já Ana Rita confia no sucesso da Rio+20 e disse que o planeta espera posições mais audaciosas do encontro.

Comissão mista aprova relatório do projeto orçamentário de 2013

O relatório preliminar do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2013 foi aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). O texto prevê que a política monetária continuará a ser pautada de forma coerente com o regime de metas para inflação, com o objetivo de manter a estabilidade.

O relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) observa que a meta de inflação para 2013 é de 4,5%, a mesma desde 2005, com tolerância para mais ou para menos de dois pontos percentuais, de acordo com o Conselho Monetário Nacional.

Em relação a créditos, o projeto não informa meta, revelando apenas o propósito de expansão. Em 2011, o saldo das operações de crédito representou

49% do PIB, tendo sido 45% no ano anterior. Para 2012, a LDO de 2013 estima que o saldo atingirá 51%, com a massa salarial crescendo 12%.

Também não há meta para a taxa de câmbio em 2013. No anexo de metas fiscais, contudo, projeta-se R\$ 1,86 para o final de 2013, disse o relator.

O projeto determina que as prioridades para 2013 correspondem genericamente às ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Plano Brasil sem Miséria — dois conjuntos de ações que não são programas orçamentários.

O impacto da correção do aumento do salário mínimo nas contas da União será de R\$ 5,9 bilhões, equivalentes ao crescimento real do PIB em 2011 (2,73%). A partir de 1º de janeiro de

2013, o mínimo será reajustado em 7,36%, passando de R\$ 622 para R\$ 667,75, correspondente à evolução do PIB e inflação pelo INPC (4,5%).

Foi calculado em R\$ 9,7 bilhões o total correspondente ao crescimento vegetativo dos benefícios previdenciários, do seguro-desemprego, do abono salarial e dos benefícios com base na Lei Orgânica da Assistência Social.

O relatório não traz previsão para reestruturações de carreiras do serviço público federal nem seção específica no anexo das despesas que não serão objeto de limitação de empenho.

Valadares apontou acréscimo de três itens: remissão de dívidas no crédito rural, compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social e fardamento de militares das Forças Armadas.

Congresso recebe relatório sobre contas do governo Dilma

Tribunal de Contas da União entregou documento com análise sobre economia e ações governamentais em 2011. Contas de Lula e Fernando Henrique ainda não foram julgadas, mas Sarney promete empenho para agilizar

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, recebeu ontem o relatório sobre as contas do governo Dilma Rousseff em 2011, entregue pelo presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Benjamin Zymler. O documento se junta agora a relatórios de contas dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva ainda não julgados pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O ministro do TCU José Múcio Monteiro, que também participou da entrega do documento, comandou a elaboração do relatório de 2011. O trabalho durou quase um ano e traz uma análise detalhada sobre a economia do país e diversas ações governamentais, além de cerca de 40 ressalvas e recomendações para melhoria das próximas apresentações.

— A Constituição determina a elaboração de parecer prévio pelo tribunal para subsidiar o



Sarney (D), ao lado do presidente do TCU, recebeu o relatório ontem e garantiu empenho para votar as contas dos exercícios anteriores

juízo das contas pelo Congresso. Há um déficit de contas a serem julgadas, mas tivemos a promessa de Sarney de haver todo empenho nesse sentido — disse o presidente do TCU.

Sarney considerou como as ações mais importantes do Congresso a aprovação do Orçamento e o controle das contas públicas, no qual conta com a colaboração do TCU.

— O TCU se torna cada vez mais uma peça importante na administração pública brasileira pela modernização do país em relação ao controle dos gastos

públicos. Desejo que cada vez mais possamos trabalhar mais a serem julgadas, afirmou o presidente do Senado.

Também presente à entrega do relatório das contas de Dilma, Ana Amélia (PP-RS) acredita que não há justificativa para o atraso do Congresso na análise das contas dos presidentes Fernando Henrique e Lula.

— Nós não estamos fazendo o nosso dever de casa. Depois, quando o Supremo Tribunal Federal vem dizer o que temos de fazer, não podemos achar ruim — comentou a senadora.

Também ontem, Zymler entregou à presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, a relação de mais de 6 mil gestores públicos que tiveram as contas julgadas irregulares — em caráter definitivo — pelo TCU. Todos serão enquadrados na Lei da Ficha Limpa e ficarão inelegíveis pelos próximos oito anos.

— Isso dá consequência concreta ao julgamento das contas irregulares feitas pelo TCU. É um avanço tornar inelegíveis aqueles que não puderam lidar com as contas públicas de forma adequada — disse o presidente do TCU.

TCU aponta baixo nível de execução de projetos federais

Apenas 20% das ações relacionadas como prioritárias na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foram executadas. Essa é uma das ressalvas apontadas no parecer do TCU entregue ontem ao Congresso.

O tribunal constatou execução de despesa sem suficiente dotação orçamentária em diversas empresas estatais e fez várias recomendações. Uma delas é para que sejam efetivamente priorizadas as ações definidas no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Plano Brasil sem Miséria.

As agências reguladoras e aos órgãos de fiscalização, o tribunal recomenda que, para evitar prejuízos ao Tesouro Nacional, priorizem a cobrança de multas não prescritas e de cujas prescrição seja iminente.

O relatório afirma que, em 2011, a renúncia de receita cresceu 30% e os R\$ 187,3 bilhões a ela associados ultrapassaram a soma dos orçamentos da saúde, educação e assistência social. Entretanto, as prestações de contas são deficientes e com

“análise intempestiva”, e faltam indicadores da efetividade do uso desses recursos.

O problema levou o relator a sugerir à Casa Civil que os projetos de lei ou medidas provisórias que contemplem a concessão ou ampliação de benefícios tributários, previdenciários, financeiros e creditícios conttenham a identificação do órgão gestor da renúncia. Além disso, devem indicar os objetivos, metas, indicadores e prazos de vigência desses benefícios.

O TCU apontou deficiências nos sistemas de planejamento e monitoramento das ações governamentais, altos valores inscritos em restos a pagar e crescente passivo de prestações de contas de convênios não avaliadas pelos órgãos repassadores. A expectativa do tribunal é de que o novo modelo adotado no PPA 2012-2015 melhore a coordenação do sistema de planejamento e orçamento federal, e que o Sistema de Informação de Custos, criado em 2010, ajude na gestão pública.

O ritmo das obras do PAC é outro problema apontado.

As conclusões da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e do trem-bala, por exemplo, inicialmente previstas para 2014, passaram para 2019. Esses atrasos, segundo o documento, não são isolados nem restritos aos grandes empreendimentos. No setor de transportes, a diferença média entre os prazos é de 437 dias por ação.

Uma das razões, na avaliação do TCU, é a baixa capacidade do governo de gerenciar grandes obras de engenharia e projetos complexos. Outra razão decorre da baixa qualidade dos projetos básicos elaborados como referências para os processos licitatórios.

Copa de 2014

Quanto às obras para a Copa de 2014, o TCU identificou “situações não condizentes com o planejamento e os cronogramas traçados”, que podem resultar em custos adicionais aos cofres públicos e, até mesmo, na não conclusão de determinados projetos. No entanto, o tribunal diz que, com sua fiscalização, os problemas detectados em todas as fases de desenvolvimento têm sido corrigidos e tem havido expressiva redução de gastos,

calculada em aproximadamente R\$ 500 milhões até maio de 2012.

O TCU alerta para riscos relacionados à falta de definição de diretrizes sobre as concessões do setor elétrico cujos contratos vencerão a partir de 2015. Esses contratos representam 18% de toda a geração de energia elétrica do país, 84% da rede básica de transmissão, além de afetarem 37 distribuidoras de energia elétrica das 63 existentes.

Nos transportes, o TCU constatou a falta de consolidação dos planos setoriais. O Plano Nacional de Logística Portuária e o Plano Hidroviário Estratégico não foram concluídos, o que prejudica a intermodalidade e a integração da malha multimodal, “imprescindíveis ao equilíbrio da matriz de transporte de cargas”.

O relatório considera a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) insuficiente para combater as causas que contribuem para a desigualdade. O tribunal advertiu que, até o fim de 2011, não haviam sido criados os planos de desenvolvimento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, previstos na Constituição.

Raupp critica burocracia e apoia frente parlamentar pela gestão pública

Afirmado que o Brasil é um dos países mais burocratizados do mundo, Valdir Raupp (PMDB-RO) criticou o excesso de burocracia na administração pública e disse que

um agente importante na discussão de medidas para atenuar essas entraves na vida de todos os brasileiros. Segundo Raupp, a frente pretendida de modernizar a gestão pública para que fraudes não ocorram e a corrupção seja combatida.

— Eu não tenho dúvida de que essa frente parlamentar fará um papel, na sua área de gestão pública, tão forte como está fazendo a Frente Parlamentar da Agricultura.

O senador também registrou a criação da Frente Parlamentar Mista para o Fortalecimento da Gestão Pública. Ele disse ver com otimismo a frente parlamentar, que, segundo ele, será

um agente importante na discussão de medidas para atenuar essas entraves na vida de todos os brasileiros. Segundo Raupp, a frente pretendida de modernizar a gestão pública para que fraudes não ocorram e a corrupção seja combatida.

— Eu não tenho dúvida de que essa frente parlamentar fará um papel, na sua área de gestão pública, tão forte como está fazendo a Frente Parlamentar da Agricultura.



Valdir Raupp/Agência Senado

Paim registra debate sobre ataques ao movimento sindical



Paulo Paim (PT-RS) registrou a realização do seminário Sindicalismo Livre e Forte, em Curitiba, em 14 e 15 de junho. O encontro debateu os ataques que

Investir em educação tem retorno garantido, afirma Acir Gurgacz

Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou que educação, formação e capacitação são investimentos com retorno garantido a médio e longo prazos.



o direito do trabalho e o movimento sindical estariam sofrendo por meio de propostas legislativas com objetivo de flexibilizar direitos trabalhistas. Além disso, tais projetos atentariam contra a estrutura do sistema confederativo e de custeio consagrado pela Constituição.

Paim fez a leitura do documento elaborado ao final do evento, a Carta de Curitiba. O texto diz, entre outras coisas, que o direito de organização dos trabalhadores em sindicatos situa-se no rol dos direitos humanos fundamentais. Além disso, humaniza “práticas antissindicalistas” patronais e estatais manifestadas na forma de decisões judiciais ou na atuação de membros do Ministério Público do Trabalho.

— Cabe à escola formar cidadãos que possam refletir sobre os seus atos e sobre os acontecimentos à sua volta. Pessoas conscientes de seus direitos e deveres e capazes de compreender os processos econômicos e políticos que fazem parte do país — disse.

Ele considerou que a escola tem de ser ambiente de construção de “uma nova sociedade, justa, igualitária, cooperativa, desenvolvida e sustentável”, e não uma instância onde as desigualdades são reproduzidas.

Para que isso aconteça, disse, os profissionais da área precisam ter seu trabalho reconhecido não só pelo governo mas pela sociedade, além de salários dignos, assistência pedagógica e infraestrutura adequada e confortável.

Humberto Costa lembra Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, 12 de junho

Humberto Costa (PT-PE) registrou a passagem do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, 12 de junho. Para ele, é triste perceber que em pleno século 21 ainda são comuns

os maus-tratos a crianças e adolescentes.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), são 215 milhões de menores de idade trabalhando no mundo, sendo 115 milhões vítimas de abusos como escravidão, participação em conflitos armados, servidão por dívida ou exploração sexual. No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são 3,4 milhões de crianças

e adolescentes que trabalham. De 2000 a 2010, 530 mil crianças foram retiradas dessas condições, mas muito ainda precisa ser feito.

Humberto citou ações adotadas pelo governo federal, como as bolsas pagas às famílias carentes, que são condicionadas à matrícula e frequência do jovem na escola, entre outras.

— Mas ainda é preciso combater a violência contra a criança e o adolescente para garantir uma vida mais saudável e digna para todos eles — destacou.

Ele lembrou que, em 2013, o Brasil sediará a 3ª Conferência Global sobre Trabalho Infantil.



Humberto Costa/Agência Senado



O relator e o presidente da comissão, senador Valadares e deputado Paulo Pimenta, coordenam a votação

Emendas poderão compensar ausência de metas

O relatório aprovado prevê a apresentação de emendas até o dia 28 para compensar a ausência do anexo de metas e prioridades. Poderão apresentar emendas os congressistas, as comissões permanentes da Câmara e do Senado e as bancadas estaduais. Denominam-se coletivas as emendas das bancadas e das comissões. Individuais são as apresentadas por deputado ou senador.

Valadares afirmou que o Congresso já interpretou mais de uma vez que a não explicitação das prioridades e metas físicas contraria a Constituição. Por isso, decidiu elaborar o anexo, como foi feito com os projetos de 2008 e 2011. O relatório apoia a elaboração e a inclusão do anexo por meio da aprovação de emendas — cinco emendas para cada comissão permanente da Câmara ou Senado, cinco por bancada estadual do Congresso e cinco por deputado ou senador.

Nenhum parlamentar poderá apresentar mais de uma emenda que contemple a mesma ação orçamentária. O valor total implícito ao anexo não poderá superar 25% do total das dotações do PAC, autorizadas até 30 de abril.

Para a criação do anexo, serão incluídas pela relatoria, com prioridade para as emendas relativas a ações em andamento, até cinco ações por estado e Distrito Federal propostas pelas bancadas; até cinco ações por comissão permanente propostas por emendas de comissão; até três ações por estado ou Distrito Federal propostas por emendas individuais; e até dez ações de interesse nacional decorrentes de emendas.

Copa, Olimpíadas e PAC estimularão a economia do país

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 assenta suas projeções fiscais tendo como pano de fundo a recuperação do crescimento econômico conjugado com a manutenção da estabilidade de preços. O Executivo espera alcançar um crescimento do produto interno bruto (PIB) de 4,5% para 2012 (R\$ 4,539 trilhões) e de 5,5% para 2013 (R\$ 5,027 trilhões). Agentes de mercado esperam crescimento de 3,2% em 2012 e 4,3% em 2013.

As expectativas mais otimistas do projeto decorrem da aceleração dos investimentos do PAC, principalmente dentro do Minha Casa, Minha Vida, e outros ligados à Copa e às Olimpíadas, bem como projetos industriais relacionados à construção de apoio logístico e à fabricação de equipamentos para a exploração do pré-sal.

Essa retomada de crescimento, explica Valadares, é esperada pelo governo para acontecer em paralelo à redução das pressões inflacionárias, com a expectativa de que a inflação atinja 4,7% no acumulado no IPCA para dezembro de 2012, convergindo para o centro da meta oficial de 4,5% em 2013. Os agentes de mercado, diz o relator, mostram expectativa de evolução na mesma direção — IPCA de 5,08% em 2012, e de 5,5%, em 2013.

De acordo com o relatório, a necessidade de financiamento do regime previdenciário em 2011 atingiu R\$ 35,5 bilhões, com decréscimo em percentual do PIB devido ao aumento da arrecadação (de 14,6% em média, de 2006 a 2011) em taxas superiores ao pagamento de benefícios (de 11,8%, no mesmo período).

Relator cobra transparência nos recursos da saúde

Valadares aponta no relatório a necessidade de criar normas para a aplicação mínima de recursos em saúde, dando transparência ao cumprimento da legislação. A Lei Complementar 141/12 extingue a necessidade de inserir na LDO a definição de ações e serviços públicos de saúde para cumprimento da aplicação mínima.

Por isso o projeto para 2013 não aborda aspecto, explicou o relator. No Fundeb, a complementação da União para 2013 deverá ser equivalentes a no mínimo 10% do total da receita total do fundo da educação. Espera-se que a proposta orçamentária de 2013 contemple esses recursos em sua integralidade, o que não ocorreu nas propostas de 2010 e 2012.

A manutenção do superávit primário, combinado com o crescimento econômico e redução da taxa de juros, deve permitir que a dívida líquida da União chegue, ao final de 2013, a 22,1% do PIB, passando a 20,4%, em 2014, e a 18,7%, em 2015. O superávit primário de R\$ 108,1 bilhões que a União pretende fazer não é suficiente para suportar os encargos da dívida, de modo que se projeta um déficit nominal de R\$ 31,4 bilhões para 2013, diz o relator. Isso significa, segundo ele, que a União opera com déficit fiscal e não pôde ainda alcançar o equilíbrio.

O anexo de metas fiscais informa que, caso a estimativa de superávit primário de R\$ 47,8 bilhões prevista para estados e municípios não se confirme, a União deverá gerar resultado primário maior, de forma que a meta de R\$ 155,9 bilhões estabelecida para o setor público seja cumprida.

Paulo Augusto Moreira Lima, que conduzia o processo contra Carlinhos Cachoeira em Goiás, pediu para ser afastado do caso porque ele e sua família teriam sofrido ameaças

CPI do Cachoeira poderá ouvir juiz ameaçado

INTEGRANTES DA COMISSÃO Parlamentar de Inquérito (CPI) mista que investiga Carlinhos Cachoeira querem ouvir o juiz federal Paulo Augusto Moreira Lima, que teria sido ameaçado por pessoas ligadas ao contraventor. Dois requerimentos nesse sentido, dos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Pedro Taques (PDT-MT), foram apresentados ontem à CPI.

O juiz conduzia o processo relativo à Operação Monte Carlo, que, em fevereiro, resultou na prisão de Carlinhos Cachoeira e de outros integrantes da organização acusada de corrupção e exploração de jogos ilegais. Foi Moreira Lima quem deu a autorização para a Polícia Federal realizar as escutas telefônicas que embasaram as investigações.

Na segunda-feira, foi anunciado o afastamento do juiz, responsável pelo processo contra Cachoeira na 11ª Vara Judiciária de Goiás. Ontem, a imprensa trouxe a informação de que o afastamento havia ocorrido a pedido do próprio juiz, que estaria em “situação de extrema exposição junto à criminalidade de Goiás”.

A família de Moreira Lima também teria sido alvo de ameaças e, por temer represálias, o juiz afirmou que pretende deixar o país, ainda que temporariamente, conforme relata o requerimento de Pedro Taques.

Para Alvaro Dias, os fatos são graves, “pois bandidos estão conseguindo ameaçar o que o Brasil tem de mais sólido: suas instituições”. Ele registrou, em



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Grupo de Carlinhos Cachoeira teria ameaçado juiz que autorizou grampos

seu requerimento, que Moreira Lima já não está mais à frente das investigações, o que representaria impedimento legal para depoimento à CPI. O magistrado foi transferido para a 12ª Vara Judiciária de Goiás.

Em Plenário, Alvaro Dias acrescentou que este é um

cenário que exige responsabilidade das autoridades dos três Poderes e uma resposta que faça prevalecer o Estado de direito.

Pedro Taques afirmou que a ameaça a um servidor público federal, quando ocorre, atinge o próprio Estado.

— No instante em que permitirmos que um servidor público, não interessa o cargo que ocupe, não interessa se é senador, trabalhador ou operário, não interessa quem seja, venha a ser ameaçado em razão do exercício de suas funções, nós, nesta Casa, não teremos mais razões de existir, porque não haverá mais o Estado democrático de direito — disse Taques.

O presidente da CPI do Cachoeira, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), afirmou

que o magistrado precisa colaborar com o país e identificar efetivamente as pressões que vem sofrendo, para que seja possível sanear-las.

Já o senador Humberto Costa (PT-PE) afirmou que, em um país onde há democracia plena, não é aceitável que um servidor público não possa exercer seu papel por conta de ameaças à sua integridade física, psicológica e moral e à de sua família.

Humberto é o relator do processo contra o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) no Conselho de Ética. Seu parecer sobre as denúncias de que Demóstenes teria trabalhado para Cachoeira deve ser votado na próxima semana. A CPI também voltará a se reunir na semana que vem.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Randolfe: Ciro é amigo de ex-dono da Delta

Randolfe quer impedir Ciro de votar sobre Delta

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) pediu à CPI do Cachoeira que o senador Ciro Nogueira (PP-PI) e sua mulher, a deputada Iracema Portella (PP-PI), integrantes do colegiado, sejam impedidos de votar em questões relativas à Delta e ao ex-presidente da empresa, Fernando Cavendish.

Na semana passada, Ciro Nogueira admitiu ter se encontrado casualmente em Paris com Cavendish. Uma das maiores empreiteiras do país, a Delta é acusada de participação no esquema de Cachoeira.

— É incompatível com qualquer investigação o investigador ser amigo do investigado e não se julgar suspeito para investigá-lo — argumentou.

Randolfe lembrou que Ciro votou contra a convocação de Cavendish pela CPI e Iracema admitiu amizade com o empresário.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senador quer que juiz seja ouvido pela CPI

Alvaro cobra medidas para proteger magistrado

Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou, em Plenário, providências aos três Poderes para proteger o juiz Paulo Augusto Moreira Lima, que autorizou operação da Polícia Federal responsável pela prisão de Carlinhos Cachoeira.

— Esse esquema de corrupção comandado por Carlinhos Cachoeira alcança desdobramentos imprevisíveis — afirmou.

O senador também elogiou o juiz federal Paulo Sodrê pelo recebimento de denúncia contra nove pessoas acusadas de tentar prejudicar o então candidato José Serra nas eleições estaduais de 2006, por meio de um dossiê falso.

O senador lembrou que, na época, petistas foram flagrados com R\$ 1,5 milhão, dinheiro que compraria um dossiê para prejudicar Serra.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Investigação provocou as ameaças, diz Taques

Taques denuncia ameaças também a procuradora

Pedro Taques (PDT-MT) lembrou em Plenário que, além do juiz Paulo Augusto Moreira Lima, a procuradora federal Léa Batista de Oliveira também sofre ameaças. Ambos são responsáveis pelo processo contra Carlinhos Cachoeira.

— Estamos a tratar de uma organização criminosa da qual fazem parte policiais federais, militares e civis, parlamentares, quem sabe governadores e empresários, e temos dois servidores do Estado ameaçados.

O senador voltou a criticar o desembargador Tourinho Neto, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, por considerar ilegais as gravações telefônicas feitas pela Polícia Federal de conversas de Cachoeira com empresários e políticos. O entendimento de Tourinho foi derrotado na votação da Terceira Turma do TRF da 1ª Região.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senadora cita projetos que regulam seleções

Ana Amélia condena fraudes em concursos

Ao comentar a reportagem do *Fantástico*, da TV Globo, que denunciou fraudes em concursos públicos, Ana Amélia (PP-RS) disse que as autoridades precisam criar mecanismos para impedir episódios desse tipo.

— O debate precisa acontecer para fazer justiça a milhões de estudantes que dedicam horas de estudo e investem em um futuro melhor — afirmou.

Foram mostradas fraudes na Bahia, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ana Amélia citou duas propostas para coibir casos desse tipo: o PLS 30/12, de Acir Gurgacz (PDT-RO), que trata dos atos abusivos em concursos, e projeto de iniciativa popular, articulado pela jornalista Luzi Pimentel, que cria o Estatuto do Concursando para padronizar as regras dos certames.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Dificuldades enfrentadas no comércio bilateral, especialmente por indústrias do Sul do Brasil, foram discutidas em audiência promovida pela Representação Brasileira no Parlasul

Integração entre empresas pode ser saída para conflito com a Argentina

APESAR DAS CRESCENTES dificuldades enfrentadas no comércio bilateral, parlamentares da Argentina e representantes do governo brasileiro ressaltaram a importância estratégica do relacionamento bilateral durante audiência pública promovida ontem pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul).

O futuro das duas economias não pode mais ser visto de forma isolada, disse o alto representante-geral do Mercosul, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

Ele observou que o Mercosul vem sofrendo os efeitos de uma crise internacional que leva também os países desenvolvidos a conter as importações e tentar aumentar as exportações.

Guimarães considerou necessária a promoção de um esforço para conciliar os interesses.

— Legisladores dos dois países podem influir decisivamente para o bloco passar da mera união aduaneira a um projeto de desenvolvimento — disse.

O representante brasileiro junto ao Mercosul, embaixador Ruy Carlos Pereira, lembrou que o comércio dentro do bloco alcançou US\$ 52 bilhões em 2011.

Desde que o Mercosul foi fundado, em 1991, observou, o valor desse comércio interno se multiplicou por dez, enquanto o intercâmbio do bloco com o resto do mundo cresceu sete vezes.

Pereira ressaltou ainda que 89% da pauta de exportações brasileiras para a Argentina são de produtos manufaturados e semimanufaturados.

— Apesar das dificuldades conjunturais que temos, o Mercosul, a América do Sul e a Argentina são vitais para a sobrevivência, a expansão e a sofisticação da indústria brasileira — disse.

Cadeias produtivas

Não haverá desenvolvimento industrial brasileiro sem integração mais forte com a Argentina, afirmou o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Alessandro Teixeira.

Ele disse que a queda de 7% nas exportações brasileiras para o país vizinho deve ser atribuída “mais à crise internacional do que aos obstáculos que vêm sendo impostos pelo governo argentino aos produtos brasileiros”.

— Ouvimos várias críticas



Roberto Requião (C), entre os parlamentares argentinos Guillermo Ramón Carmona e Laura Gisela Montero

ao Mercosul, mas a solução é o fortalecimento do bloco. Avançamos na busca de união aduaneira e esquecemos de mecanismos de integração produtiva — alertou.

A necessidade de maior integração das cadeias produtivas dos dois países também foi ressaltada pela senadora Laura Gisela Laura Montero, presidente da Comissão de Economia Nacional e Investimentos do Senado da Argentina.

Ela observou que os países do bloco contam com importantes recursos hídricos e reservas petrolíferas.

Laura Montero citou o exemplo do setor vinícola como um dos que poderiam contar com maior união de empresas dos dois países.

— Só pensando em complementações de estruturas produtivas podemos ter um avanço real. Para cada dois litros de vinho consumidos no Brasil, o consumo na Argentina é de 40 litros. É um mercado absolutamente virgem. Podemos ter uma estratégia conjunta — propôs.

Já o deputado argentino Guillermo Carmona, presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, disse que os dois países errariam se negassem as dificuldades.

— Mas é importante a capacidade de dialogar, chegar a um entendimento para resolver situações pontuais.

Mesmo deixando claro que a relação econômica e comercial com o Brasil é vital para a Argentina, Guillermo Carmona advertiu que a situação não é confortável para o seu país atualmente

— Precisamos também reconhecer que a relação tem um saldo desfavorável para a Argentina, que chegou a US\$ 4,5 bilhões em 2011 — destacou Carmona.

Parlamentares da região Sul reagem a barreiras

Os parlamentares da região Sul do Brasil reagiram aos pronunciamentos otimistas sobre a relação com a Argentina, feitos por parlamentares do país vizinho e integrantes do governo brasileiro.

Durante a audiência promovida pela Representação Brasileira no Parlasul, eles citaram as dificuldades que os empresários da região relatam enfrentar no comércio bilateral: barreiras desleais impostas a produtos brasileiros pelo governo argentino, exigência de licenças não automáticas no comércio com o Brasil e desrespeito às regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Mercosul.

Ana Amélia (PP-RS) ressaltou a necessidade de um debate “aberto, franco, democrático e sincero” com os argentinos. A senadora lembrou que centenas de caminhões permanecem parados na fronteira bilateral, carregados de produtos como chocolate e calçados. As dificuldades impostas pela Argentina, prosseguiu, têm impacto sobre os setores de carne suína, máquinas agrícolas e móveis.

Roberto Requião (PMDB-PR), presidente da Representação Brasileira, observou que a primeira condição para que se altere uma realidade é o conhecimento sobre ela.

— O Parlasul vai acompanhar essa situação mais de perto, agora que tomamos conhecimento de opiniões dos dois lados — disse o parlamentar.

Paulo Paim (PT-RS) pediu que os governos dos dois países mantenham a palavra

empenhada nas negociações bilaterais. O senador contou ter ouvido de empresários e trabalhadores brasileiros a mesma queixa de acordos não cumpridos pela Argentina, durante audiências da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizadas nas duas últimas semanas.

Interesses paulistas

Pedro Simon (PMDB-RS) criticou o governo brasileiro por atender mais aos interesses da indústria paulista que de outros estados, especialmente os do Sul do país.

— O Brasil só olha para São Paulo — afirmou.

O deputado Renato Molling (PP-RS) lembrou que o governo argentino tem pedido a empresários brasileiros para investir na produção do outro lado da fronteira. Quando o fazem, porém, esses empresários continuam enfrentando problemas pela falta de insumos que não conseguem importar.

Já o deputado Dr. Rosinha (PT-PR) observou que o aumento da integração comercial sempre provocará novas crises entre Argentina e Brasil. A integração, disse ele, “sempre será imperfeita”. O importante, a seu ver, é que, a cada crise, se tente “buscar a solução, não a agressão”.

Por sua vez, o deputado Osmar Terra (PMDB-RS) citou o caso de Santa Rosa, onde se produz máquinas colheitadeiras que não conseguem entrar no país vizinho.

— Na prática, o que existe é bloqueio e desemprego. No Rio Grande do Sul, são mais de 5 mil desempregados.

Senador quer Venezuela no Mercosul

A entrada da Venezuela no Mercosul voltou a ser defendida por Luiz Henrique (PMDB-SC) como forma de fortalecer o bloco comercial e aliviar o bloqueio comercial da Argentina a produtos brasileiros.

Durante a audiência pública de ontem, o senador propôs que uma comissão do Parlasul convença o Paraguai a aceitar mais um parceiro no Mercado Comum do Sul.

— Com a Venezuela integrada ao bloco, esse mercado vai se fortalecer — disse.

O presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina, Glauco José Côrte, declarou que as medidas protecionistas da Argentina são prejudiciais ao comércio do Mercosul e afetam diretamente o seu estado. Caso persista o bloqueio, o dirigente propôs que o Brasil reavalie sua adesão ao bloco, pois a realidade está afetando as exportações catarinenses.

O fim do bloqueio comercial argentino e a liderança dos parlamentares brasileiros no bloco foram enfatizados como decisivos para transformar o Mercosul em um projeto de desenvolvimento econômico dos países membros (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai).

Para os brasileiros, a crise não é comercial, mas política. Dialogar, integrar e negociar foram exigências dos participantes do encontro.

Márcio Kallme/Agência Senado

Lia de Paula/Agência Senado



Para Luiz Henrique, Venezuela fortalecerá bloco econômico

“Desinteresse por política ameaça democracia”

Wolff, filósofo da Escola Normal Superior de Paris, abre Fórum Senado Brasil; segundo ele, povo sonha com o poder quando é governado por tiranos, mas recusa-se a assumi-lo quando alcança a democracia



Francis Wolff/Arquivo Pessoal

Francis Wolff, da Escola Normal Superior de Paris: “políticos profissionais” se aproveitam do apolitismo para chegar ao poder

Ricardo Westin

PARA O FILÓSOFO Francis Wolff, o desinteresse dos cidadãos pela política é uma ameaça à democracia. O apolitismo, afirma ele, abre caminho para que “políticos profissionais” cheguem ao poder e, sem sofrer cobranças, baixem medidas descoladas das necessidades e dos desejos dos cidadãos.

— O distanciamento entre governantes e governados é a negação da democracia — diz.

Wolff, francês, é professor de Filosofia na Escola Normal Superior de Paris e autor de livros como *Aristóteles e a Política* e *Dizer o Mundo*. Hoje, em Brasília, Wolff protagonizará o primeiro dos vários debates do Fórum Senado Brasil 2012.

De acordo com o filósofo, quando é governado por um tirano, o povo sonha com conquistar o poder. Mas, quando finalmente alcança a democracia, recusa-se a exercê-lo e abandona a política.

— O povo está para a democracia como don Juan está para as mulheres: a conquista mobiliza toda a sua energia, mas a posse o entendia.

Wolff, que lecionou na Universidade de São Paulo (USP) nos anos 1980, deu a seguinte entrevista ao **Jornal do Senado**.

O que é o apolitismo?

O apolitismo é a recusa dos cidadãos, explícita ou implícita, em participar da vida da comunidade política e das escolhas que essa comunidade faz. É o desinteresse pela coisa pública. Na Europa, o apolitismo se manifesta quando o povo vota em grupos populistas e demagógicos (partidos de

extrema direita, xenófobos) e quando se abstém em massa das votações. No Brasil, o apolitismo se manifesta quando os cidadãos se afastam dos políticos. Em vez de entrar no território ligado ao poder, os cidadãos se “retiram” para o território individual, familiar, religioso e até esportivo.

Por que o apolitismo é uma ameaça à democracia?

O distanciamento entre os governantes e os governados é a negação da democracia. É possível que o cidadão nem perceba que, quando ele procura “viver em paz”, sem intrometer-se nos temas públicos, a política acaba se tornando um campo exclusivo dos “políticos profissionais”.

O individualismo é uma conquista feliz da democracia e, ao mesmo tempo, sua principal ameaça

Como estão distantes do povo, esses políticos tendem a tomar medidas técnicas, orientadas por critérios técnicos, sem levar em consideração

as opiniões, os interesses e as vontades da população. No dia a dia, o cidadão não se dá conta disso. Só percebe quando os políticos baixam alguma medida que realmente o prejudica.

O apolitismo pode levar à ditadura?

A possibilidade existe. O apolitismo cria “políticos profissionais”, políticos que não distinguem entre público e privado, políticos corruptos. Isso, por sua vez, estimula partidos populistas e demagógicos a espalhar a ideia de que todos os governantes são corruptos e que é preciso “limpar” a política. Com tais argumentos, podem instaurar a ditadura.

O que leva os cidadãos a

recusar a vida política?

O individualismo. Trata-se de um paradoxo, porque o individualismo é uma conquista feliz da democracia e, ao mesmo tempo, sua principal ameaça. A democracia deixa as pessoas livres para realizar, sozinhas, seus objetivos de vida. Mas, justamente por conseguirem preencher suas necessidades sem depender de outras pessoas, elas se preocupam menos com o grupo e se afastam da política — o que abre espaço para os “políticos profissionais”.

De que forma se combate o apolitismo?

Não se trata de obrigar as pessoas a fazer política. Repito: o individualismo é uma das maiores conquistas da democracia. Trata-se de encontrar meios educacionais e institucionais que preencham a distância entre a comunidade e o poder. Pode-se reduzir o apolitismo por meio da educação para a cidadania, nas escolas, e por meio de campanhas. Há também soluções políticas, maneiras institucionais de melhorar o funcionamento da democracia. Para reduzir os votos brancos nas eleições, por exemplo, a Sérvia recentemente decidiu que, quando a porcentagem desse tipo de voto atingir certo patamar, nenhum candidato pode ser eleito. No caso do Brasil, boas medidas são a prestação pública de contas de políticos e governantes, o acesso dos cidadãos pela internet à informação pública e a divulgação de indicadores que permitam comparar gestores públicos. Cada país precisa encontrar seus próprios remédios.

Quando fala do apolitismo, o senhor costuma fazer uma comparação com o

Filósofo francês abre, hoje, ciclo de debates no Senado

O Senado quer estimular a sociedade a refletir criticamente sobre os grandes temas do país e do mundo. Por isso, convidou intelectuais brasileiros e estrangeiros a expor suas visões e debatê-las com o público em Brasília.

O Fórum Senado Brasil 2012 se divide em ciclos de discussão, cada um com um tema específico. O primeiro ciclo começará hoje, com o seminário de Francis Wolff. Ao longo das próximas semanas, 11 seminários abordarão a democracia sob diferentes prismas. O segundo ciclo girará em torno da ciência.

As discussões se darão no auditório do Interlegis, no Senado. Os seminários começarão às 19h. Os interessados poderão inscrever-se pela internet (senado.gov.br/senado/forumsenado2012). A entrada será gratuita.

— Muitas vezes, saímos em frenética carreira sem saber aonde queremos chegar. O Senado deseja que paremos por um instante e reflitamos, saíamos da inércia. É a partir da reflexão que podemos fazer alguma mudança — diz o embaixador e ex-ministro da Cultura Jerônimo Moscardo, incumbido pelo Senado de planejar e realizar o fórum.

Moscardo lembra que o Congresso dos Estados Unidos é pródigo nas discussões dos grandes temas. Nesta segunda-feira, por exemplo, a Biblioteca do Congresso realizará em Washington um simpósio sobre a democracia

baseada no conhecimento.

— No Brasil, as discussões filosóficas costumam ficar restritas às universidades. O Senado pode e deve dar sua contribuição nas grandes questões, e não discutir só os temas pontuais dos projetos de lei. Tem uma massa crítica de proporções extraordinárias. Basta dizer que, dos consultores legislativos, 150 têm PhD. O Senado não tem o direito de ser modesto.

O fórum foi criado por decisão do presidente do Senado, José Sarney.

Programação

- junho hoje** **Francis Wolff**
O apolitismo, a maior ameaça à democracia.
- junho 21** **Charles Girard**
Sobre o consenso na democracia: igualdade, unanimidade, legitimidade.
- junho 22** **Luiz Alberto Oliveira**
Homo civilis (ou *Homo sapiens 2.0*).
- junho 25** **Sergio Paulo Rouanet**
Abismos da democracia.
- junho 26** **Franklin Leopoldo e Silva**
Ética, moral e política.
- junho 27** **Renato Lessa**
Representação política: fundamentos e dilemas.
- junho 28** **Eugênio Buccì**
A democracia-espetáculo e a imagem da política.
- junho 29** **Vladimir Safatle**
A democracia para além do Estado democrático de direito.
- junho 2** **Frédéric Gros**
Introdução às ciberdemocracias — elementos para uma antropologia do *Homo connecticus*.
- junho 3** **Helton Adverse**
Democracia liberal e governamentalidade.
- agosto 7** **Renato Janine Ribeiro**
A palavra livre e infeliz.

personagem don Juan.

Os momentos em que um povo é mais politizado são os períodos de transição, como o que o Brasil viveu nos anos 1980 e o que certos povos árabes viveram no ano passado. Mas, quando finalmente conquista a democracia, o povo tende a desinteressar-se da política. Eis outro paradoxo. O interesse do povo é conquistar o poder, e não exercê-lo. O povo execra os tiranos, aqueles que exercem o poder contra ele, mas tem horror de exercê-lo ele mesmo. Usa sua liberdade para não ocupar esse lugar. É por isso que digo que o povo está para a democracia assim como don Juan está para as mulheres: a conquista mobiliza toda a sua energia, mas a posse o entendia.

O senhor viveu no Brasil nos anos 1980. Do que mais se lembra?

Eu tive a sorte de morar no Brasil entre 1980 e 1984. Peguei desde a Lei da Anistia, no governo Figueiredo, até as grandes manifestações das Diretas Já. No meu voo de Paris para São Paulo, voltavam para o Brasil os últimos intelectuais exilados. Foi a época da minha vida em que mais aprendi do ponto de vista político. Eu sempre escutava que “um povo sem passado nem cultura democrática não está maduro para a democracia”. No Brasil, aprendi que isso é bobagem, pura bobagem. O povo brasileiro conseguiu fazer uma transição democrática exemplar, que até agora está absolutamente fiel aos seus objetivos.

Os povos são mais politizados nos períodos de transição, como foi o Brasil nos anos 1980

Ano II — Nº 12
Brasília, junho de 2012

INTERLEGIS BRASIL

Por um Legislativo moderno e integrado



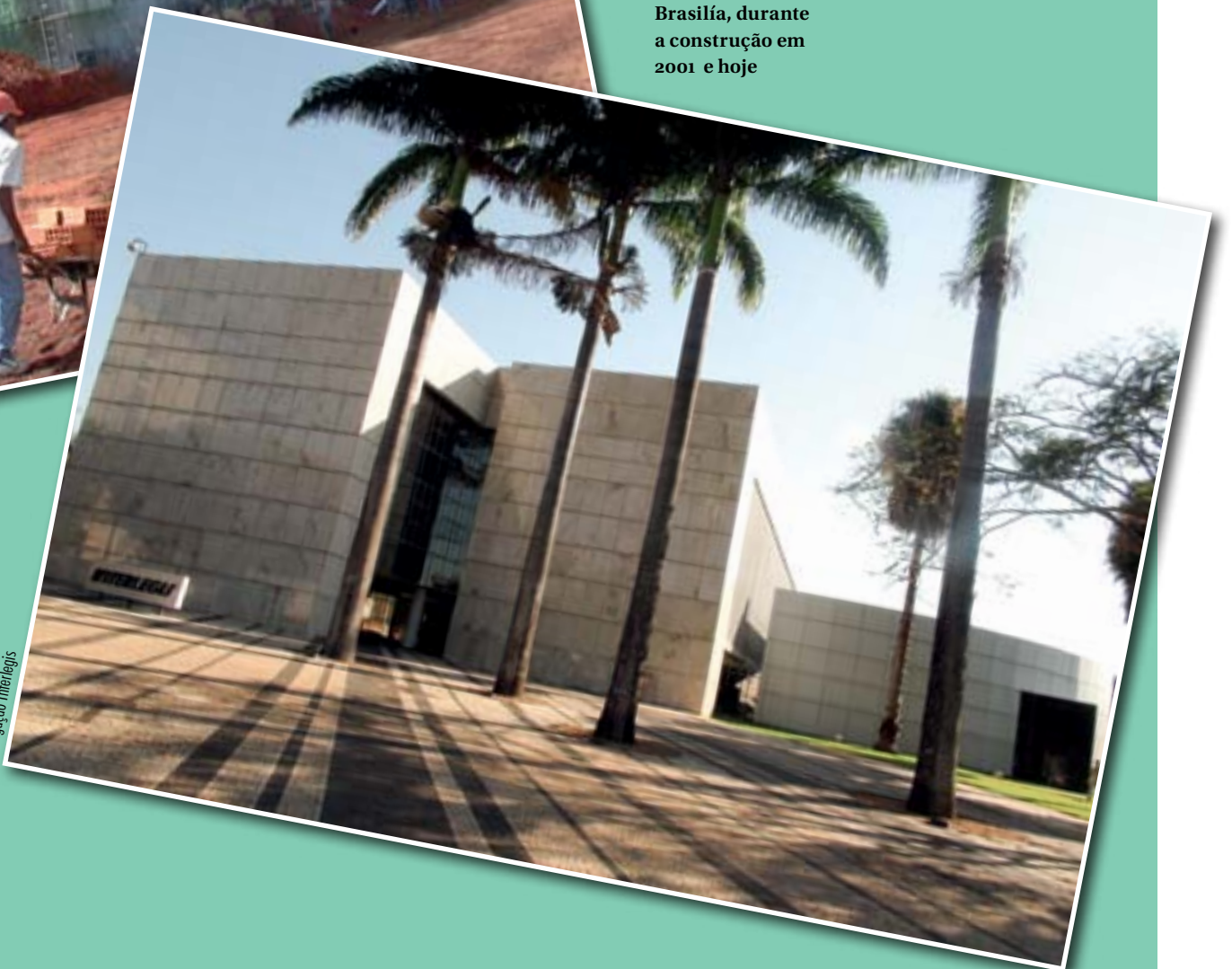
Evoluindo com o Legislativo brasileiro

Pág. 3



José Cruz/Agência Federal

Atual sede do
Interlegis, em
Brasília, durante
a construção em
2001 e hoje



Divulgação Interlegis

Curso reúne gestores
de TI de 17 parlamentos
americanos

Pág. 2

No Congresso da Unale,
encontros de diretores-gerais
e secretários de mesas

Pág. 4

1997

Comissão do Prodasen (atual Secretaria de Informática do Senado) apresenta projeto para informatização das câmaras aos presidentes do Senado e da República



Em 17 de junho, sessão especial no Senado marca o lançamento do Interlegis. Duzentas câmaras aderem ao programa, e o portal entra no ar

1999

Primeiro contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiamento do programa



Primeiro contrato com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) para contratação e execução de projetos

2000 A 2007

Distribuição de equipamentos para 3.545 câmaras. Desenvolvimento de sistemas eletrônicos de gestão e processo legislativo. Começo dos cursos presenciais

2005

Início dos cursos gratuitos a distância oferecidos por meio do Sistema Saberes, para parlamentares e servidores legislativos

2006

Início do Projeto Piloto de Modernização Legislativa (PPM). Instituição de cem câmaras como polos multiplicadores de ações. Lançamento dos dados do 1º Censo do Legislativo Brasileiro

2007

Assinado contrato com o BID para implantar o Interlegis II — definição dos pilares capacitação, comunicação, informação e tecnologia como estratégias de ação

2009

Lançamento do Projeto de Modernização Legislativa (PML) — sensibilização, adesão, diagnóstico, projeto executivo, implantação de ações e certificação

2010

Reunião com o BID determina novas metas para o programa. Organização do primeiro Encontro Nacional de Diretores-Gerais. Início das oficinas de revisão de leis orgânicas municipais e regimentos internos

2011

Primeira edição do jornal *Interlegis Brasil*, em parceria com o **Jornal do Senado**. Início dos encontros estaduais de sensibilização, de comunicação integrada e de representantes das assembleias

2012

Definição das novas mil câmaras que receberão equipamentos de informática e início do processo de licitação. Organização do 1º Encontro Nacional dos Secretários de Mesa de Assembleias e Câmaras de Capitais

Capacitação em Brasília reúne representantes de 17 parlamentos

A Câmara, com apoio do Senado, promoveu de 4 a 6 de junho a oficina de capacitação Parlamentos Conectados — introdução ao XML legislativo. O objetivo foi ampliar o conhecimento sobre os benefícios do uso de XML como ferramenta para o trabalho legislativo, além de proporcionar a base operacional de XML legislativo para o pessoal técnico dos parlamentos da América Latina e do Caribe. A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, disse que investir na gestão da informação melhora

o desempenho das casas: — Somos o primeiro país a editar uma lei de acesso à informação que prevê a divulgação das informações públicas em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina. O conjunto de tecnologias compreendido pelo conceito de XML é instrumento fundamental para a realização dessa meta. A oficina foi uma iniciativa do BID, em parceria com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU. (Com *agências Câmara e Senado*)

Fórum Senado Brasil 2012 discute o futuro

Em debates promovidos pelo Senado, renomados pensadores brasileiros e estrangeiros apresentam reflexões sobre as grandes preocupações da atualidade, de 20 de junho a 7 de agosto, no auditório do Interlegis. Na próxima edição do *Interlegis Brasil*, um resumo com os principais pontos discutidos.

Apoiadas pelo programa, entidades de SC firmam parceria

A Associação dos Vereadores do Vale de Itapoçu (Avevi) e a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel) assinaram um acordo de cooperação. A parceria foi estimulada e patrocinada pelo Interlegis. De acordo com o diretor do órgão, Haroldo Tajra, a iniciativa faz parte do esforço pela integração de entidades que trabalham para tornar o Legislativo mais eficiente. Assinaram o protocolo de intenções o então presidente

da Avevi, Valmor Pianezzer, e o presidente da Abel, Florian Madruga. Acompanharam a cerimônia o vice-presidente da Câmara de Jaraguá do Sul, Francisco Alves, e o coordenador da Escola do Legislativo da Avevi, Jean Leutprecht. Madruga ressaltou que o Interlegis mediou as discussões que viabilizaram a parceria. Segundo ele, o convênio entre as instituições vai gerar frutos e tornará Santa Catarina exemplo para todo o Brasil.



Assinatura do convênio entre a Abel e a Avevi, na sede do Interlegis

A evolução de um conceito

Programa surgiu interligando as casas legislativas pela internet; agora, vai ajudá-las a revisar seus regimentos

Por um Legislativo moderno e integrado, como diz o seu *slogan*, o Interlegis vem avançando na aplicação de soluções práticas. Armando Nascimento, primeiro diretor do Interlegis, lembra que tudo começou em 1996. A ideia inicial era implantar uma plataforma para que as casas legislativas brasileiras pudessem compartilhar informações na internet, que dava seus primeiros passos no Brasil.

Logo se verificou uma dificuldade: as casas, na maioria, não tinham os equipamentos necessários. Daí a necessidade de equipá-las com computadores ligados à internet. A dificuldade começou a ser enfrentada em 2000, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que abraçou o projeto do Interlegis, dando um empréstimo ao governo brasileiro. O Senado foi o órgão executor. Uma das mais importantes ações de integração foi a

instalação de um sistema de videoconferência, com pontos em todas as assembleias estaduais. Em 2010, houve uma completa renovação dos equipamentos para o padrão digital. Consolidada a Rede Interlegis, o fluxo de informações na chamada Comunidade Virtual do Legislativo se intensificou. Essa troca de conhecimentos e boas práticas possibilitou o desenvolvimento de várias ferramentas gratuitas, como o Sistema de Apoio ao Processo

Legislativo e o Portal Modelo. O Censo do Legislativo, lançado em 2006, levantou a necessidade de capacitar os servidores legislativos no uso das estações de trabalho e dos próprios *softwares* criados pelo Interlegis, além de melhorar os serviços ao cidadão. Isso tem sido feito a distância (pelo Sistema Saberes) e presencialmente (com cursos, oficinas e palestras). Em 2007, o Interlegis e o BID decidiram iniciar uma nova etapa, o Interlegis II.

O novo contrato prevê metas para a implantação do Projeto de Modernização Legislativa (PML) em pelo menos 350 câmaras, com ações de capacitação, comunicação, informação e tecnologia. Segundo João Marcelo Novais, sub-secretário de Planejamento e Fomento, o procedimento inclui sensibilização, diagnóstico, formalização do convênio, elaboração e execução do projeto executivo e certificação. O assessor técnico Raimundo

do Araújo Júnior resalta que o convênio com outra instituição internacional, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), foi fundamental para que tais avanços pudessem acontecer. Graças ao convênio, consultores externos especializados puderam ser contratados para a elaboração e a execução dos projetos. Por exemplo, 110 câmaras em breve terão assessoria especializada para revisar os regimentos internos e as leis orgânicas municipais.

Entrevista

“Interlegis é referência de modernização e integração”

Haroldo Tajra, diretor da Secretaria Especial do Interlegis



À FRENTE DO INTERLEGIS desde fevereiro de 2011, Haroldo Tajra reconhece o papel do órgão como fundamental para a afirmação da democracia brasileira. Ele afirma que o apoio às casas legislativas, principalmente às câmaras municipais, tem o objetivo maior de melhorar o atendimento ao cidadão.

Interlegis Brasil – Como avalia a trajetória do Interlegis?
Haroldo Tajra – É fruto de um processo dinâmico, construído obstinadamente por pessoas das mais diversas formações, na busca de soluções que elevem o nível de satisfação e compreensão

da sociedade em relação aos seus órgãos de representação. Vejo por onde passo que o Interlegis tem deixado marcas positivas, tornando-se uma referência de modernização e integração.
IB – O que é modernizar o Legislativo brasileiro?
HT – É dar um passo à

frente, tendo em vista um referencial de qualidade. Não importa o tamanho do passo. O censo do Legislativo mostrou que as casas estão em diferentes estágios de condições físicas, administrativas e tecnológicas. O importante é trabalhar para que cada uma, na sua situação, melhore seus processos.
IB – E integrar?
HT – É uma meta à qual o Interlegis vem se dedicando com mais empenho atualmente. Por vários motivos, as casas têm uma história de distanciamento umas das outras. Isso enfraquece o Poder Legislativo perante a sociedade.

Quando os colocamos frente a frente (via videoconferência, internet ou eventos presenciais), parlamentares e servidores das três esferas das diferentes regiões trocam experiências, estabelecem parcerias e constroem uma identidade, diante da diversidade. O resultado favorece o cidadão, que conta com maior eficiência do agente público.
IB – Quais são as principais ações estratégicas hoje?
HT – As atividades são condicionadas a metas estabelecidas com o BID. Uma é implantar o Projeto de Modernização Legislativa até dezembro de 2013 em 350 casas.

O que diz a Comunidade Legislativa

Depoimentos colhidos nas redes Interlegis

“As soluções tecnológicas do Interlegis são essenciais para a Câmara de Itapoá. Temos todo o processo legislativo *on-line*.”
Francisco Xavier Soares Filho – Itapoá, Santa Catarina
“Parceiros do Programa Interlegis desde 1998, utilizamos seus produtos, com destaque ao SAPL, que há uma década armazena e organiza todo o processo legislativo e, sobretudo, dá transparência aos trabalhos parlamentares desta Casa, divulgando seus atos e legislação pela internet para toda a população.”
Márcio Vilas Boas – Divinópolis, Minas Gerais
“Graças ao Interlegis, câmaras municipais, como a do longínquo município de Uiramutã, no extremo norte do país, podem

usufruir de produtos e serviços, atingindo uma modernização que lhes possibilita aumentar a credibilidade e a legitimidade, ampliar a participação popular e integrar-se às demais casas legislativas do Brasil.”
Adriana Cruz – Boa Vista
“O Interlegis tem propiciado uma relação estreita e ágil entre o Senado, as assembleias legislativas e as câmaras municipais do país, formando uma grande e exitosa rede legislativa, que resulta no compartilhar de experiências profissionais”
Luís Antônio Costa da Silva – Porto Alegre
“O Interlegis mudou o meu trabalho e a minha vida.”
Angelo Marcondes – Carneirinho, Minas Gerais

Galeria de ex-diretores

ARMANDO ROBERTO CERCHI NASCIMENTO



“O Interlegis foi concebido com a fé de que a democracia é o caminho para a construção de um Brasil mais justo”

ALEXANDRE DAMASCENO



“É um projeto feito por brasileiros privilegiados para ajudar brasileiros menos favorecidos”

PAULO FONTENELLE



“O Interlegis foi o primeiro grande programa para a modernização do Poder Legislativo”

ANTONIO FLÁVIO TESTA



“Por meio do Interlegis, é possível integrar os cidadãos e as pessoas envolvidas no processo legislativo”

VICTOR GUIMARÃES VIEIRA



“O avanço do Interlegis é a chance de o município distante ter condições de acompanhar tudo o que acontece no Brasil”

MÁRCIO SAMPAIO LEÃO MARQUES



“Quando o Legislativo absorver a modernização, será possível melhorar a integração, a transparência e a eficiência”

JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA



“O Interlegis mostra sua importância para a democracia ao visar ao melhor desempenho das câmaras”

Interlegis faz cursos em Juiz de Fora e Recife

Legisladores e servidores foram capacitados em planejamento estratégico, processo legislativo e políticas públicas

Recife e Juiz de Fora (MG) sediaram os pilotos de duas ações de capacitação criadas para atender a demandas das casas legislativas conveniadas ao Interlegis. Na capital pernambucana, foi realizada uma oficina sobre planejamento estratégico para câmaras municipais. Na cidade mineira, um curso sobre processo legislativo nas câmaras municipais e políticas públicas. Amanda Rodrigues de Albuquerque, chefe do Serviço de Capacitação Legislativa do Interlegis, afirmou que o resultado “foi além das expectativas”.



O especialista Luis Fernando conduz oficina em Juiz de Fora



Em Recife, a consultora Rita de Cássia fala de planejamento estratégico

A oficina sobre planejamento estratégico foi realizada em maio, na Câmara Municipal de Recife. Participaram 41 parlamentares e servidores de câmaras pernambucanas. Os instrutores foram os consultores do Senado Robison Gonçalves de Castro e Rita de Cássia Leal Fonseca dos Santos. Segundo o diretor de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo, Francisco Etelvino Biondo, a iniciativa atendeu à demanda de gestores legislativos preocupados com o planejamento a curto, médio e longo prazos. A oficina foi formatada para fornecer subsídios para que as casas legislativas possam elaborar e implantar seu planejamento estratégico organizacional, ferramenta de gestão primordial para o bom desempenho das casas legislativas e de suas relações com a sociedade. De 18 a 20 de julho, haverá a

segunda etapa da oficina para câmaras pernambucanas — em Taquaritinga do Norte. Em Juiz de Fora, entre o final de maio e o início de junho, os instrutores Luis Fernando Pires Machado e Robison Gonçalves de Castro aplicaram a oficina sobre processo legislativo e políticas públicas. Mais de cem parlamentares e servidores de 41 câmaras da Zona da Mata mineira foram capacitados. — Para os municípios serem capazes de criar e gerenciar políticas públicas de qualidade, é necessário, além de recursos, planejamento de longo prazo — disse Pires Machado.

Diagnósticos

Diagnósticos de câmaras municipais realizados em maio

BA: Correntina; **GO:** Campos Belos, Iporá, Porangatu, Posse, Rio Verde, São Miguel do Araguaia e Trindade; **MG:** Araxá, Patrocínio e Uberaba; **PA:** Parauebas, Redenção e São Félix do Xingu; **PI:** Bertolínia, Eliseu Martins, Floriano e Uruçuí; **SC:** Criciúma, Lages, Jaraguá do Sul e Rio do Sul; **SE:** Aracaju, Aquidabã, Capela, Estância, Itabaiana, Lagarto, Laranjeiras e Nossa Senhora da Glória; **SP:** Barretos, Campinas, Catanduva, Piracicaba, Ribeirão Preto, São Carlos e Taubaté.

EXPEDIENTE

Esta é uma publicação da Subsecretaria de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo – Interlegis

Diretor nacional do Programa Interlegis: Senador Cicero Lucena
Secretaria Especial do Interlegis
Diretor: Haroldo Feitosa Tajra
Diretora-adjunta: Mariângela Cascão
Diretores das subsecretarias: Cláudio Cavalcante, Francisco Biondo, João Marcelo Novais, Ricardo Ramos e Sueli de Sousa e Silva

Diretor: Francisco Etelvino Biondo
Editor responsável: Luiz Carlos Santana de Freitas
Editora: Leticia Borges
Apoio técnico e revisão: *Jornal do Senado*
Estagiários de jornalismo: Everton Lages, Gabriela Vogado, Leticia Pires e Wellida Resende
Projeto gráfico, arte e diagramação: Bruno Sartório, Cássio Costa, Claudio Portella, Iracema da Silva, Mauricy Mansur e Ronaldo Alves
Impressão: Seep – Senado Federal

Capa: fragmento da fachada da sede do Interlegis/Brasília
Via N2, Anexo E – 2º andar – Senado Federal – CEP 70165-900 – Tel.: (61) 3303-1049



Cursos Gratuitos

Em AGOSTO, novas turmas de ensino a distância
Inscrições a partir de 10 de julho
Acesse o portal saberes.interlegis.leg.br

Congresso da Unale movimentata Natal

Com recorde de participantes, 1.685, a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale) realizou congresso em Natal,

de 29 de maio a 1º de junho. Foram mais de 400 deputados brasileiros e delegações de países como África do Sul, China, Argentina e Canadá.

Catorze entidades fizeram reuniões. O Interlegis participou de mesas e promoveu encontros simultâneos. Confira os principais resultados.



A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto (C), integra a diretoria eleita do fórum como 1ª vice-presidente

Diretores de legislativos têm sexto encontro

Dirigentes de 17 assembleias legislativas e câmaras municipais realizaram evento paralelo dentro do 16º Congresso Nacional da Unale, em Natal. O Fórum Nacional de Diretores-Gerais de Legislativos esteve reunido pela sexta vez, desde a primeira reunião em Porto Alegre, em setembro de 2010.

No encontro, houve a eleição e a posse da diretoria da entidade. Heraldo Marinelli, da

Assembleia do Maranhão, continua presidente. O Interlegis permanece à frente da Secretaria Executiva, dando apoio às ações do fórum. Os demais postos ficaram distribuídos assim: Doris Peixoto (Senado), 1ª vice-presidente; Rogério Teixeira (Câmara dos Deputados), 2º vice-presidente; Eduardo Moreira (ALMG), secretário-geral; e Celso Pinhata Junior (ALSP), tesoureiro.

No decorrer do dia, também foram apresentadas palestras sobre temas ligados à administração e tecnologia da informação.

Ao final foi lida e aprovada a Carta de Natal (disponível em www.interlegis.leg.br), com os principais pontos tratados no evento e a pauta da próxima reunião, marcada para 9 e 10 de agosto, na sede do Interlegis, em Brasília.

Representantes de assembleias participam de capacitação

Em encontro nacional promovido pelo Interlegis, representantes de assembleias assistiram a palestras da direção do programa.

O chefe do Serviço de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Interlegis, João Gouveia, apresentou o SPDO (Sistema de Protocolo de Documentos) — ferramenta que organiza o fluxo de informações das casas legislativas.

Gouveia ressaltou que o sistema oferece mais controle sobre as atividades e mais transparência ao cidadão.

O diretor de Tecnologia da Informação do programa, Ricardo Ramos, mostrou os resultados de pesquisa sobre o nível de informatização dos processos administrativos. Uma das demandas levantadas na maioria das casas é a existência de profissional específico para a área de Tecnologia e Informação.

Guilherme Ribeiro, da Assembleia de Minas Gerais, falou do telecurso gratuito sobre processo legislativo, a ser realizado de 3 de agosto a 10 de outubro deste ano.



Pesquisa apresentada em Natal indica demandas dos representantes

Secretários de mesas estudam criação de fórum

Pela primeira vez, o Interlegis promoveu encontro dos profissionais responsáveis pelo processo legislativo em assembleias e câmaras de capitais. Foi o passo inicial para a criação de um fórum permanente destinado à troca de experiências e disseminação de conhecimentos.

Os 25 participantes discutiram a oportunidade de se criar ou não uma entidade formal. O presidente do Fórum dos Diretores-Gerais de Legislativos, Heraldo Marinelli, relatou a experiência do grupo a que pertence e disse que a formalização é consequência da mobilização dos colegas.



Secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, faz palestra no encontro

Por sugestão de Sérgio Sampaio, secretário-geral da Mesa da Câmara dos Deputados, o Interlegis criou um *link* para que todos contribuam na elabo-

ração do estatuto para a futura entidade. O grupo voltará a se reunir em 9 e 10 de agosto, em Brasília, paralelamente ao 7º Encontro dos Diretores-Gerais.



Governador de Pernambuco, Eduardo Campos (D) conversa com o diretor do Interlegis Francisco Biondo, no estande do programa, na Unale

Diretor da Gráfica do Senado recebe comenda



Tajra cumprimenta Madruga pelo trabalho à frente da Abel

O PRESIDENTE DA Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel), Florian Madruga, foi agraciado com a Comenda da Unale. Ele recebeu medalha e placa, ao lado de cinco ex-presidentes da instituição, devido aos esforços pela capacitação de parlamentares e servidores legislativos.

Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), a Gráfica do Senado, Madruga comandava o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) em 2003, quando ajudou a criar a Abel. Desde então, vem sendo reconduzido à presidência.

Para ele, a comenda é um reconhecimento ao trabalho de

quase dez anos de todos os que acreditam na capacitação profissional para a melhoria dos serviços das casas legislativas.

O diretor da Secretaria Especial do Interlegis, Haroldo Tajra, lembrou que o programa é parceiro da Abel desde o começo, e que o apoio da entidade tem sido fundamental para o

sucesso das ações de modernização e integração dos parlamentos, em todas as esferas de Poder — federal, estadual e municipal.

A Abel também aproveitou para fazer uma reunião nacional durante o congresso da Unale. A próxima será em novembro, em Manaus.